



Clipping Nacional de EDUCAÇÃO

Brasília, 1º de Agosto de 2019

E se Bloomberg fosse brasileiro?

FERNANDO SCHÜLER

No final do ano passado, Michael Bloomberg anunciou a doação de US\$ 1,8 bilhão para a Universidade Johns Hopkins. Bloomberg se formou lá, em 1964, e de alguma forma queria retribuir. O dinheiro vai para um fundo financeiro, um endowment. Vai financiar bolsas para alunos de menor renda, do mundo inteiro, que queiram ter a mesma oportunidade que ele teve, um dia.

Observem bem. O dinheiro vai para um fundo financeiro, boa parte lastreado em ações. A universidade é privada, sem fins lucrativos. É ela mesma uma grande organização social. E um enorme caso de naming rights, em homenagem ao empreendedor Johns Hopkins, que no final do século 19 doou US\$ 7 milhões para criar a instituição.

Caso Bloomberg fosse brasileiro e quisesse fazer sua doação para uma de nossas universidades federais, possivelmente não conseguiria. Enfrentaria uma discussão bizantina sobre criar um

“fundo financeiro”, dar seu nome a alguma coisa, sobre suas “reais intenções” em doar a dinheirama toda e, por fim, sobre o risco de que tudo não passe de uma forma disfarçada de “privatização” da universidade.

Sobre naming rights, tive uma aula interessante, semanas atrás, visitando o novíssimo African American Museum, em Washington. O teatro do museu chama-se Oprah Winfrey; o centro de memória, Robert Frederick Smith; o centro de imagem, Earl W. And Amanda Stafford. Museu público não estatal, acervo e gestão impecáveis e entrada franca. E aparentemente nenhuma discussão bizantina em torno do nome dado a alguns espaços a partir de generosas doações.

No Brasil, criamos um modelo de gestão de universidades e museus dependente do Estado. Nossas universidades são enormes autarquias manietadas pela malha burocrática brasileira, feita de rigidez orçamentária, de pessoal, lei de licitações e quase ausência de fontes

próprias de receita.

Quando museus pegam fogo, banheiros não funcionam e a verba das universidades é cortada, nos dedicamos ao velho jogo de empurrar responsabilidades, cobrar que o outro lado é culpado, que o partido A ou B é que está no governo, na reitoria, seja o que for. O fato é que nos acostumamos.

O Ministério da Educação acaba de apresentar o programa Future-se. O programa ainda é bastante vago, mas aponta na direção correta. Ele propõe, no fundo, que se complemente o modelo estatal brasileiro com mecanismos de filantropia, fundos financeiros e rentabilização de patrimônio típicos do mundo universitário anglo-saxônico.

Nada, diga-se de passagem, que o Brasil já não faça, em escala reduzida. É o caso, por exemplo, do uso das organizações sociais. Elas têm funcionado bastante bem na gestão do Impa, de hospitais públicos





e de algumas de nossas melhores instituições culturais, como a Osesp e o Museu do Amanhã. A pergunta óbvia é: por que elas não serviriam como apoio à gestão nas universidades?

O mesmo vale para os fundos de endowment. Um ex-ministro da Educação atacou a ideia sob o argumento de que ações, no mercado, “podem subir ou cair”, e que não se poderia submeter a educação a esse risco. Perfeita lógica sem nenhuma lógica. Milhares de universidades, mundo afora, usam fundos lastreados em ações para seu custeio. A começar pela mais renomada de todas, a Universidade Harvard, que formou uma multiplicidade de fundos que hoje somam US\$ 39 bilhões.

Não precisamos ir tão longe. O Brasil tem exemplos altamente meritórios, como o fundo criado

pelos ex-alunos do ITA em 2014, o Fundo Amigos da Poli, ligado à Escola Politécnica da USP, e o Fundo Centenário, criado pelos formados na Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Eles têm algo muito simples em comum: são feitos por gente que decidiu tomar a iniciativa. Por que isso não poderia ser feito nas demais universidades, de maneira coordenada, com apoio federal e tudo mais?

Penso que, no fundo, todos sabemos disso. O ponto é que andamos em um ambiente carregado de toxina ideológica, que não vem apenas do governo ou da oposição, mas é algo entranhado em nosso mundo político. Oxalá a lógica da polarização política não destrua, no nascimento, uma pauta que no fundo vai muito além deste ou de qualquer governo.

Contingenciamento chega a R\$ 1,44 bilhão



O Ministério da Educação foi um dos mais atingidos com os cortes do governo para ficar dentro da meta fiscal

» BERNARDO BITTAR

A decisão de contingenciar recursos de universidades e hospitais vai garantir que o governo encerre 2019 dentro da meta fiscal, com deficit de R\$ 139 bilhões. Para isso, mais de R\$ 31 bilhões foram cortados de ministérios. Agora, dizem especialistas, será necessário reduzir as despesas obrigatórias, como gastos com Previdência e pessoal, para garantir o equilíbrio das contas públicas nos próximos anos. Em 2019, o governo prevê gastar R\$ 630,8 bilhões com Previdência e R\$ 324,6 bilhões, com pessoal e encargos sociais.

O contingenciamento anunciado pelo presidente Jair Bolsonaro vai

reter mais R\$ 1,44 bilhão de ministérios. Em março, o Executivo retirou R\$ 29,7 bi da estrutura governamental. O chefe do Planalto disse que os cortes no orçamento foram obrigatórios. “Se eu não fizer, vou para o impeachment”, comentou, referindo-se à ex-presidente Dilma Rousseff (PT), acusada de cometer pedaladas fiscais. “Não vamos pedalar, vamos cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas pegamos a União e estados quebrados”, emendou.

Para o diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, Felipe Salto, o modelo de cortes foi exaurido e, agora, o jeito é reter os gastos com Previdência e pessoal — um

estímulo, inclusive, para a aprovação da PEC nº 6/2019, que muda as regras previdenciárias no país e deve economizar quase R\$ 1 trilhão em 10 anos. “A estratégia de contingenciar despesas discricionárias tem vida curta. É necessário fazer ajustes na despesa obrigatória, mudando a dinâmica. Se não, o risco de descumprimento da meta fiscal daqui para a frente é muito alto”, explica.

Felipe Salto acredita que a crise econômica pode servir como argumento para o Congresso acelerar a tramitação da reforma da Previdência, assunto que deve voltar às discussões no plenário da Câmara na semana que vem, quando acaba o recesso parlamentar. “É na crise que surgem as oportunidades. E surgiu o fato de a aprovação do texto ser absolutamente necessária neste momento.” Para Gil Castello Branco, fundador da ONG Contas Abertas, “mudanças são imprescindíveis para que o governo caminhe conforme a meta”.

Desde março, quando o governo anunciou um contingenciamento de R\$ 29,7 bilhões em despesas previstas para 2019, na tentativa de atingir a meta fiscal, existe a possibilidade de novos cortes na estrutura governamental. Naquela ocasião, foram contingenciados R\$ 5,8 bilhões da Educação, R\$ 5,1 bilhões da Defesa e R\$ 2,9 bilhões em emendas parlamentares. Isso





motivou protestos pelo país em 15 de maio.

Em nova revisão orçamentária, o governo anunciou que, mesmo estimando um PIB mais baixo que anteriormente, vai recompor o orçamento de R\$ 1,587 bilhão (bloqueados em maio) e liberou R\$ 56 milhões para o Ministério do Meio Ambiente. Para isso, utilizou uma “reserva de contingência” do orçamento de 2019 — cerca de R\$ 889 milhões.

>> As perdas

O contingenciamento, publicado pelo *Diário Oficial da União (DOU)*, será de R\$ 1,44 bilhão. Veja os ministérios mais afetados

Pasta	Corte
Ministério da Cidadania	R\$ 619,2 milhões
Ministério da Educação	R\$ 348,5 milhões
Ministério da Economia	R\$ 282,6 milhões
Ministério do Turismo	R\$ 100 milhões
Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	R\$ 59,8 milhões
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	R\$ 54,7 milhões
Ministérios das Relações Exteriores	R\$ 32,9 milhões

EXECUTIVO »

Meio bilhão em INVESTIMENTO



O projeto SOS DF deu início ao investimento do governo em infraestrutura: desenvolvimento urbano

GDF estabelece urbanismo, transporte e indústria como áreas prioritárias para distribuir os recursos no primeiro semestre. Educação e saúde também recebem atenção especial na hora de aplicar os R\$ 528,8 milhões do período

» ANA VIRIATO

Construção de escolas, reforma de creches, restauração de unidades básicas de saúde, implementação de corredores de ônibus: o Palácio do Buriti empenhou R\$ 528,8 milhões em investimentos no primeiro semestre de 2019. O valor equivale a uma fatia de 22,27% do orçamento

de R\$ 2,3 bilhões autorizado para a rubrica. Com a cifra, o GDF priorizou as áreas de urbanismo, transporte e indústria.

Os valores referem-se aos empenhos — ou seja, o governo reservou os recursos e iniciou os programas, mas não efetuou completamente os pagamentos. O setor de urbanismo concentrou o maior número de investimentos nos seis primeiros meses do ano, conforme dados do Sistema Integral de Gestão Governamental (Siggo). O Buriti aplicou R\$ 170,1 milhões na área, entre obras de pavimentação, reforma de prédios e de centros esportivos e ampliação

dos pontos de iluminação.

O dinheiro distribui-se, por exemplo, entre a infraestrutura de Vicente Pires e do Sol Nascente, em Ceilândia. A Secretaria de Obras ainda retomou as intervenções nos lotes 2 e 3 do Bernardo Sayão; o alargamento da Estrada Parque Taguatinga (EPTG); e as obras na Praça da Juventude, no Itapoã. Para os próximos meses, o plano é tirar do papel a revitalização da Hélio Prates, além das obras do túnel de Taguatinga e da Rota de Fuga, no Setor de Inflamáveis.

A mobilidade ocupa a segunda colocação, com R\$ 164,7 milhões em investimentos. A cifra abarca os repasses de diversos órgãos, como Secretaria de Transporte, Companhia do Metropolitano do DF (Metrô) e Departamento de Estradas de Rodagem (DER). Estão incluídos R\$ 23,9 milhões para a conclusão das estações 106 e 110 Sul e Estrada Parque, além de R\$ 1,1 milhão para estudos sobre a expansão dos trilhos para a Asa Norte. Empenhou-se, ainda, R\$ 36,2 milhões para a implementação do corredor do BRT Norte, que ligará o balão do Colorado ao Torto, empreitada vinculada ao Trevo de Triagem Norte.

A rubrica “Direitos da cidadania” concentrou R\$ 39,4 milhões entre janeiro e junho. Na conta, estão R\$ 34,7 milhões empenhados na





construção de Centros de Detenção Provisória (CDPs), no Complexo Penitenciário da Papuda. O Executivo local retomou as obras das quatro unidades, com capacidade total de 3,2 mil presos, em abril e deve entregá-las em meados de 2020 (veja Desenvolvimento).

Setores sensíveis

À educação, o GDF destinou R\$ 23,3 milhões. Desse valor, R\$ 7,3 milhões correspondem a obras de construção de unidades de ensino profissionalizante. A modernização do sistema de informação custou R\$ 6,8 milhões, e a construção de creches, R\$ 4,5 milhões.

O secretário de Educação, Rafael Parente, elenca obras de infraestrutura e reformas como prioridade do governo. “A gente vai apresentar o plano de obras nas próximas semanas, com construções, reconstruções e reformas em todas as escolas. Como foi dito quando elaboramos o Plano Educa DF, vamos entregar 100 creches e 40 escolas pelo menos nos próximos três anos e meio”, disse, em entrevista ao programa CB.Poder, parceria do Correio Braziliense com a TV Brasília.

Uma das áreas mais sensíveis da capital, a saúde recebeu R\$ 16,5 milhões em investimentos no período. O montante engloba a reserva de R\$ 1 milhão para a conclusão de duas Unidades Básicas de Saúde (UBS) — uma em Samambaia, outra no Recanto das Emas. Com previsão de entrega em novembro, as estruturas receberão mais R\$ 2,4 milhões no segundo

semestre. “Mas a maior parte dos recursos, cerca de R\$ 7,2 milhões, foi usada na compra de mamógrafos digitais, processadores de imagem e outros equipamentos para a realização de exames”, detalhou a diretora executiva do Fundo de Saúde do DF, Beatris Gautério.

Na segunda metade do ano, a pasta priorizará a reforma da rede. “Serão R\$ 42 milhões investidos na manutenção predial de hospitais regionais a Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). Esse valor pode chegar a R\$ 50 milhões, porque alguns lotes não foram homologados. Vamos entregar 11 viaturas do Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) por R\$ 176 mil, cada, e quatro bases descentralizadas móveis para o Samu, ao custo de R\$ 342 mil cada”, adiantou Beatris.

Estatais

O setor de assistência social não recebeu recursos do Executivo local no primeiro semestre. Em nota, a Secretaria de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão alegou que os maiores gastos da área se alocam no custeio, “seja para concessão de benefícios à população, seja na manutenção dos centros”. “Por isso, é normal que os investimentos sejam reduzidos. De qualquer forma, está consignado no Orçamento cerca de R\$ 2 milhões”, explicou o texto.

Em relação ao saneamento e à energia, que também não foram contemplados com recursos, a pasta esclareceu que os investimentos “são

executados fundamentalmente no orçamento das estatais Caesb e CEB”. A Secretaria de Fazenda acrescentou que cabe ao GDF reunir recursos para esses setores de forma pontual. “Como, por exemplo, obras de energia e saneamento de programas ambientais”, pontuou.



O Trevo de Triagem Norte, entre o Lago Norte e Sobradinho, terá papel especial na atenção à mobilidade da capital

Memória

Queda na receita

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020, aprovada na Câmara Legislativa em junho, prevê uma redução de 4,59% na receita da capital em comparação com os recursos estimados para 2019. A verba deve cair de R\$ 26,22 bilhões para R\$ 25 bilhões. Ao montante, serão acrescidos cerca de R\$ 15 bilhões do Fundo Constitucional do DF (FCDF). Como o Palácio do Buriti não pode realizar grandes cortes na folha de pessoal ou no custeio, a área de investimentos deve ser comprometida. Os valores serão discriminados na Lei Orçamentária Anual (LOA), que deve ser enviada ao Legislativo local nas próximas semanas.





Desenvolvimento

Confira os gastos do GDF:



EDUCAÇÃO »

Escolas debatem militarização



Crianças em fila e com as mãos para trás no Centro Educacional 1 da Estrutural: a cena é rotina nas quatro escolas brasilienses onde atuam policiais e bombeiros militares

Os seis colégios públicos escolhidos pelo governo para receber o modelo adotado em outros quatro devem decidir, em assembleia, na próxima semana, se aceitam a gestão compartilhada com a Polícia Militar. Sindicato faz campanha contra iniciativa do GDF

» ALEXANDRE DE PAULA

Os seis novos colégios escolhidos pelas secretarias de Educação e de Segurança Pública do Distrito Federal para adotar a militarização vão decidir, na próxima semana, em assembleia, se aprovam ou não as mudanças propostas pelo governo. O modelo, que vigora em

quatro escolas públicas desde o início do ano e tem policiais e bombeiros militares para cuidar da disciplina das unidades, divide opiniões na comunidade escolar.

Para definir os colégios que funcionarão sob o novo modelo de gestão, o governo usou uma metodologia criada pela Secretaria de Segurança Pública, que combina aspectos de vulnerabilidade, violência interna e externa, reprovação, evasão e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

No início da semana, o Gisno, da Asa Norte, ficou no centro da discussão sobre a militarização no DF. A Secretaria de Educação

recebeu denúncias de que, em horário de aula, representantes do Sindicato dos Professores (Sinpro-DF) teriam discursado para alunos e panfletado contra a proposta do GDF. A pasta apura o caso. “Foi passado para Ouvidoria. Agora, existe um trâmite interno para a avaliação”, diz o secretário de Educação, Rafael Parente.

Diretor do Sinpro-DF, Dinas Costa contesta que a entidade ou a direção do colégio tenham cometido qualquer irregularidade. “O trabalho que o sindicato faz é de conscientização e debate de uma proposta de ensino com a qual não concordamos”, justifica. “É uma mudança de concepção e é necessário que exista debate e que a comunidade tenha tempo para discutir”, completa.

A posição crítica do sindicato em relação à militarização, segundo Dinas, é baseada na concepção de que os problemas de segurança pública não têm origem nas escolas e não serão resolvidos com a militarização. “A violência pode ser resolvida com investimentos nas escolas públicas, com educação integral, mas feita com contratação de profissionais da educação, psicopedagogos e equipes de apoio”, defende o sindicalista.

Apoio

Para o secretário de Educação,





a atuação do sindicato nos colégios têm acirrado os ânimos. “O sindicato está fazendo o trabalho dele, chegando com várias pessoas, filmando, acirrando os ânimos”, observa. Segundo Parente, a secretaria, por sua vez, se predispôs a tirar dúvidas e auxiliar diretores e professores no processo. “Existe, por exemplo, uma discussão de como a votação deve ocorrer. Estamos passando esse questionamento para a área jurídica, para respondermos com base nas leis.”

O secretário destaca que a mudança teve ampla aprovação da comunidade nos quatro colégios em que foi implementada, desde o início do ano letivo. “75% dos professores dessas quatro escolas dizem que querem que o projeto continue. Se fosse algo que não funciona, não teríamos esse apoio”, afirma Parente. “Mais de 80% da comunidade diz que a escola e o bairro se tornaram mais seguros”, completa.

A respeito dos resultados pedagógicos, Parente acredita que eles tendem a aparecer de maneira mais clara à medida que o modelo vá se efetivando. “O ambiente da escola, pela ordem e pela calma, se tornou um ambiente mais propício para aprendizagem. Mas, acreditamos que os resultados pedagógicos estão apenas começando a aparecer, já há um avanço de 5% a 10% em relação ao ano passado, porém achamos que é cedo para avaliá-los.”

Servidora do CEF 407 (Samambaia), um dos colégios escolhidos, Maria José Dias dos

Santos, 60 anos, é uma das pessoas que concordam com a alteração. “Minha neta estuda aqui. Temos que pensar no futuro dessas crianças e tudo que traz mais disciplina e um ambiente melhor para a escola deve ser bem-vindo.”

Divergência

No primeiro semestre, algumas situações nas escolas militarizadas provocaram polêmicas. No início da implementação, um grafite do ex-presidente sul-africano Nelson Mandela foi apagado do muro do Centro de Ensino 1 (CED), da Estrutural. Após protestos, a pintura foi refeita. Em abril, um PM interveio para separar uma briga no Centro Educacional 7, em Ceilândia. O vídeo do servidor imobilizando o estudante viralizou e dividiu opiniões nas redes sociais. Em junho, outro caso controverso: um policial militar de 54 anos, que atuava no Centro Educacional 3, de Sobradinho, foi acusado de assediar alunas e acabou afastado pela Secretaria de Educação.

A rigidez das regras na gestão compartilhada é o que incomoda a operadora de telemarketing Eliana Dourado, 50, mãe de uma aluna do CEF 407 (Samambaia). “É muita imposição. Meninos não podem ter cabelo longo, meninas têm de usar coque. Os adolescentes gostam de mudanças, de ter um estilo. Se os pais quisessem todo esse rigor teriam buscado um colégio militar”, diz. “Além disso, o nosso problema de segurança é na parte de fora das escolas, nos arredores e não dentro do colégio”, completa.





Como funciona

» Cada unidade escolar deve receber de 20 a 25 militares – PMs ou bombeiros;

» A Secretaria de Educação continua responsável pela parte pedagógica, enquanto os militares ficam com a gestão de aspectos disciplinares, administrativos e das atividades de contraturno;

» As escolas seguem as Diretrizes Curriculares da Educação da rede. Contudo, PMs ministram disciplinas relativas à cultura cívico-militar, como ética e cidadania, banda de música, musicalização, esportes e ordem unida;

» Os alunos recebem uniformes diferenciados, produzidos pela Fábrica Social;

» Meninas devem usar coques e meninos, cabelo curto.

Os colégios

Confira as seis escolas escolhidas para a ampliação da gestão compartilhada:

» Centro Educacional Gisno, na Asa Norte
Número de estudantes: 1.529

» Centro de Ensino Fundamental 19, em Taguatinga
Número de estudantes: 636 alunos

» Centro de Ensino Fundamental 407, em Samambaia
Número de estudantes: 1.002 alunos

» Centro de Ensino Fundamental 1, no Núcleo Bandeirante
Número de estudantes: 898 alunos

» Centro de Ensino Fundamental 5, no Paranoá
Número de estudantes: 1.047 alunos

» Centro Educacional Condomínio Estância III, em Planaltina
Número de estudantes: 1.531 alunos

Melhor estrutura

As escolas do Distrito Federal têm o melhor índice de infraestrutura geral do país, empatadas com os colégios do estado de São Paulo. Os números são de pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), para avaliar a qualidade da infraestrutura dos centros de ensino fundamental do Brasil.

Apesar de liderar o ranking de infraestrutura, o DF está estagnado no quesito desde 2013. A pesquisa levou em conta também números de 2015 e 2017. Nos três anos, a nota do DF foi 6,8. De acordo com a escala elaborada pelos pesquisadores, a média indica “escolas que têm boa conservação, conforto, os espaços pedagógicos são mais completos e para um maior número de alunos, há equipamentos de apoio administrativos e pedagógicos em número maior e o ambiente é prazeroso.

O secretário de Educação do DF, Rafael Parente, avalia que há espaço para melhorias e assegura que o governo está investindo na área. “Tem como evoluir, sem dúvidas. Estamos fazendo manutenção, cuidando das escolas fechadas e vamos continuar melhorando. Vamos trabalhar para ocupar esse primeiro lugar com louvor”, comentou.

MEC atrasa e universidade na BA fica sem reitor

Federal do Recôncavo da Bahia depende de nomeação pelo presidente Jair Bolsonaro; lista tríplice foi enviada em março

João Pedro Pitombo

Salvador- Sem uma nomeação de um novo reitor pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL), a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) está oficialmente sem comando desde a 31ª legislatura (31).

O mandato da reitora em exercício Georgina Gonçalves dos Santos foi encerrado na terça-feira (30) sem que o Ministério da Educação tivesse homologado a nomeação de um novo gestor para a universidade.

A lista tríplice com os três indicados à Reitoria foi enviada ao Ministério da Educação em março deste ano. Mas, cinco meses depois, não houve uma escolha do governo federal.

Diante da situação, o Conselho Universitário se reuniu para discutir uma solução temporária. Mas houve um entendimento de que o estatuto da universidade não prevê substituto legal em caso de vacância permanente das vagas de reitor e vice-reitor.

"Não encontramos base legal para nomear um substituto. Então, estamos nesta situação surreal em que a universidade ficou sem ninguém para responder por ela", afirma o professor Jorge Cardoso, membro do Conselho Universitário e diretor do Instituto de Artes, Humanidades e Letras.

Sem um representante legal, a universidade não terá uma figura jurídica que possa firmar contratos, fazer pagamentos a fornecedores e até mesmo liberar folha salarial dos professores e servidores.

A retenção da nomeação de novos reitores de universidades tem sido uma constante na gestão do

presidente Bolsonaro, com intervalos de meses entre a eleição da lista tríplice e a nomeação.

Desde o início do governo, o presidente nomeou reitores de seis instituições de ensino. Em cinco delas, foi nomeado o primeiro nome da lista tríplice. A exceção foi a Universidade Federal do Triângulo Mineiro, onde foi escolhido o segundo colocado, em uma decisão inédita nos últimos 15 anos.

Presidente da Andifes (Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais do Ensino Superior), o reitor da Universidade Federal da Bahia, João Carlos Salles, diz ver com preocupação o atraso na nomeação de reitores.

"O governo tem feito manifestações de caráter político-ideológico na área da educação, mas a nomeação dos reitores tem que passar ao largo disso. A vontade da comunidade acadêmica deve ser respeitada", afirma.





A votação para a escolha do novo reitor da UFRB foi feita pelo Conselho Universitário no dia 27 de fevereiro. Georgina Gonçalves, ex-reitora em exercício e vice-reitora da gestão anterior, foi amais votada para comandar a universidade no período entre 2019 e 2023.

A eleição, contudo, foi contestada pelo professor José Fernandes de Melo Filho, que ficou em quarto lugar, fora da lista tríplice.

O professor alega que o Conselho Universitário descumpriu prazos na eleição e questiona o formato da escolha da lista, já que ele ficou em segundo lugar na consulta informal junto à comunidade universitária.

Depois dos questionamentos, o Conselho Universitário obteve, em abril, parecer favorável da comissão jurídica no Ministério da Educação,

que não viu irregularidades na eleição da UFRB. O Ministério Público Federal também recomendou a nomeação do reitor.

Uma liminar movida por Fernandes para barrar a nomeação do novo reitor foi negada pela Justiça Federal da Bahia no início deste mês. Também foram negados embargos de declaração movidos pela defesa de Fernandes.

Criada em julho de 2006, UFRB é a segunda maior universidade federal da Bahia com cerca de 12 mil alunos, 800 professores e 700 servidores. Tem campinas cidades de Cruz das Almas, Amargosa, Cachoeira, Feira de Santana, Santo Amaro e Santo Antônio de Jesus.

Procurado pela reportagem, o MEC não respondeu até a conclusão desta edição.